

EDUCAÇÃO PÚBLICA ESCOLAR: “TERRA DE NINGUÉM!”

**PUBLIC SCHOOL EDUCATION:
“NO MAN’S LAND!”**

**EDUCACIÓN ESCOLAR PÚBLICA:
“¡TIERRA DE NADIE!”**

José Misael Ferreira do Vale¹

jmisaelvale@yahoo.com.br

¹ Professor aposentado de Filosofia da Educação da FFL da UNESP, Campus de Marília SP, Professor dos Cursos de Pedagogia da UNESP de Marília e Bauru (SP), docente da Pós-Graduação em Marília e Bauru, Ex-Diretor da Faculdade de Ciências da UNESP-Bauru, no período de 1997-2001, docente do Magistério Estadual, em três níveis, fundamental, médio e superior, durante 50 anos. E-mail: jmisaelvale@yahoo.com.br.

Artigo recebido em maio de 2022 e aceito para publicação em novembro de 2022.



Este artigo está licenciado sob uma Licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: O texto apresenta uma análise de conjunto da Educação Pública Escolar no Brasil. Procura realçar aspectos relevantes do processo educativo acontecido no país a partir da República quando se tem a percepção das exigências sociais de uma Educação Democrática para o resgate da cidadania de grupos sociais sem escolaridade mínima durante a Colônia e o Reinado brasileiro.

Palavras-chave: Educação Escolar. Educação Fundamental. Educação Integral. Educação Pública. Educação Formadora. Educação da Consciência social.

ABSTRACT: The text presents an overall analysis of Public School Education in Brazil. It seeks to highlight relevant aspects of the educational process that took place in the country from the Republic onwards when one has the perception of the social demands of a Democratic Education for the rescue of citizenship of social groups without minimum schooling during the Colony and the Brazilian Reign.

Keywords: School Education. Elementary Education. Comprehensive Education. Public education. Formative Education. Social Consciousness Education.

RESUMEN: El texto presenta un análisis global de la Educación Escolar Pública en Brasil. Se busca resaltar aspectos relevantes del proceso educativo que se dio en el país a partir de la República cuando se tiene la percepción de las demandas sociales de una Educación Democrática para el rescate de la ciudadanía de grupos sociales sin escolaridad mínima durante la Colonia y el Brasil Reinado.

Palabras clave: Educación Escolar. Educación elemental. Educación Integral. Educación pública. Educación Formativa. Educación para la Conciencia Social.

Enquanto o mundo vive uma guerra sangrenta entre “irmãos”, em terras longínquas do Brasil, com consequências políticas e econômicas a afetar a comunidade internacional, os valores humanos de fraternidade, liberdade e igualdade caem por terra, bem ao gosto sinistro de muitos “diabos chifrudos” que querem “ver a Humanidade pegar fogo” utilizando-se do sempre presente autoritarismos imperiais de leste e oeste.

Aqui, em terras brasileiras, em nosso espaço social, lamentamos os horrores da “guerra civil” que assola a região da Ucrânia, mas, ao mesmo tempo, não nos livramos dos nossos problemas internos de saúde, educação, emprego, moradia, saneamento básico, economia, política, administração, infraestrutura etc. que assolam a nação brasileira.

A “Educação Pública Escolar” no país, por exemplo, está enferma, próxima da UTI; se alguma coisa não se fizer de concreto para salvá-la será a derrocada final de uma das mais importantes práticas sociais que favorecem a emergência da *cidadania consciente*. Sem um projeto coletivo de educação formal, bem pensado, com objetivos e valores claros e contextualizados, a juventude da nação não terá base razoável para se orientar na vida futura cheia, quase sempre, de anseios e dificuldades de afirmação!

Digo, sempre, que a Educação Pública Escolar é “terra de ninguém”, no sentido do desamor que muitas pessoas têm pelas coisas escolares, tidas como menores entre as práticas sociais de uma Sociedade organizada. Felizmente a Sociedade Civil como um todo consciente não pensa assim e imagina uma *educação de qualidade social, científica, moral e humana* na formação de sua juventude!

Todos os sujeitos humanos dizem que entendem de Educação uma vez que quase todos os sujeitos sociais passaram por alguma experiência de educação escolar em seu passado próximo ou remoto. Aqueles faltos de educação escolar, certamente imersos na vida social, sofreram diuturnamente a experiência de Educação pela via da ação geral de formação que a vida em sociedade obriga, no caso da observância de regras, normas, leis, hábitos, comportamentos decorrentes de postura coletiva existente em qualquer Sociedade Civil minimamente organizada. Desde que nascemos a Educação geral difusa nos pega de perto. Nascemos “situados”, como dizia *Sartre*. Somos educados pela família, pela religião, pelos movimentos sociais, pelos amigos de convivência diária, pelos grupos de trabalho, pelas ações do governo, pela política, em suma, pela *Sociedade Civil* com suas exigências e determinações.

A par da formação geral, difusa e próxima de todos, há também *a formação pública escolar*; aquela formação que os gregos chamavam de “paideia” e que ao longo do tempo histórico constituiu-se, através do espaço escolar, no ponto de encontro de jovens educandos com adultos dedicados à educação e transmissão do conhecimento científico e da cultura humanística criados pela Sociedade Civil.

Os republicanos de todas as épocas apostaram todas as cartas na *Educação Pública Escolar laica* que, no caso brasileiro, foi negada aos escravos, mulheres, crianças, indígenas, indigentes e a população pobre e miserável, todos marginalizados pela elite política, intelectual e religiosa da nação durante a colônia e o reinado. Os “republicanos históricos” influenciados pelos ideais da revolução francesa, desde *Benjamim Constant*, viram na Educação Pública Escolar, a prática social necessária para tirar o país do atraso cultural, moral, político e econômico que impedia a construção de uma sociedade livre, instruída e educada. Assim, no “ideário republicano”, a Educação Pública Escolar sempre foi vista como “direito de todos e dever do estado republicano”. Imbuídos do *dever cívico* de oferecer a educação pública formal para todos os brasileiros, a então nascente República Federativa do Brasil colocou como possibilidade o resgate do povo iletrado através da oportunidade da escolaridade gratuita como princípio basilar de formação da *cidadania consciente*. Destarte, a Educação Pública Escolar foi elevada à categoria de “direito subjetivo”, como prática social fundamental na formação de um povo instruído e educado. Posso dizer com rigor que a Educação Pública Escolar, foi no Brasil, criação política da nascente República.

Para confirmar a importância da Educação Pública para a Sociedade, os Educadores republicanos, desde a Primeira República, deram início à construção de prédios escolares enormes e vistosos para mostrar o valor do ensino escolar para a nação e a importância do resgate da cidadania antes negada. Todo município e toda cidade do país deveriam ter um espaço para a educação formal, parte integrante da formação do cidadão brasileiro republicano.

A ideia do Grupo Escolar surge em São Paulo como o lugar da instrução pública para as jovens gerações. O Grupo Escolar, como instituição social, durou mais de meio século de existência oferecendo a oportunidade de educação formal a começar do processo de alfabetização de crianças em idade escolar.

Com a Revolução Getulista de Trinta, cria-se o Ministério da Educação e Cultura (MEC), um passo no processo estrutural da prática educativa no país, que somente em 1961, viu surgir a sua primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 4024 de 20 de dezembro de 1961). Cumpre lembrar, também, que ao longo do Estado Novo (1939-1945) o MEC, sob a orientação do ministro Gustavo Capanema, forjou extensa legislação sobre o Ensino Secundário, espaço privilegiado de atuação da Igreja na Educação e formação de líderes com atuação na Sociedade e no Governo da nação.

Cabe ressaltar, que a Igreja sempre lutou pela “liberdade de ensino” como forma de garantir a existência legal do empreendimento escolar particular. Os republicanos de toda hora defenderam o ensino laico, o único capaz de atender a população em regiões distantes dos grandes centros, sem a doutrinação religiosa de uma seita sobre outra. Somente a ação pública, sem comprometimento externo, seria capaz de oferecer educação a milhares e milhões de alunos distribuídos pelo Brasil. Sabiam, também, que o empreendimento particular não teria condições de absorver a quantidade de alunos necessitados de educação fundamental. Mas, mesmo assim a Igreja e o Empresário sempre, lutaram para “privatizar o público”, como bem lembrava Anísio Spínola Teixeira, lutando por verbas do orçamento público da Educação e Saúde. Ficou célebre a luta ideológica de “católicos” e “liberais” na defesa da educação laica em oposição à educação centrada na “liberdade de ensino” defendida com ardor político do jornalista da Tribuna da Imprensa Carlos Lacerda protagonista futuro do Atentado da Rua Toneleiros, no Rio de Janeiro, que custou a vida do Presidente Getúlio Vargas.

Com a ditadura de 1964 a atenção das autoridades da Educação voltou-se para o aspecto quantitativo do ensino escolar mediante a exigência de que toda a população estudantil estivesse matriculada na escola de oito anos (primário, precariamente articulado, ao ginásio). O ensino médio, separado do ginásio, se transformou num segundo momento de formação da juventude e, até hoje se constitui num “nó” difícil de ser equacionado e desatado. Do ponto de vista qualitativo a ditadura propôs dois projetos: a) Ensino de Educação Moral e b) A implantação da Pós-Graduação. Com a Educação Moral, pela primeira vez, pensou-se em acompanhar o aluno da educação infantil ao ensino superior, com diferentes disciplinas focadas em Moral e Civismo, como *Integração Social, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos de Problemas Brasileiros*. O projeto de Pós-Graduação surtiu efeito positivo com o mestrado e o doutorado para as áreas científicas e humanas com aperfeiçoamento do pessoal especialista e docente. O ambiente da ditadura permitiu a emergência: 1) Reforma Universitária (Lei de N. 5540, de 28 de novembro de 1968) 2) o surgimento da LDB (Lei Nº 5692, de 11 de agosto de 1971) que instituiu o ensino de 1.o e 2.o graus, dois marcos do pensamento educacional conservador 3) a implantação do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) a cargo dos municípios brasileiros conforme orientação principal do

economista Mário Henrique Simonsen, em contraponto à Educação de Adultos proposta pelo Educador Paulo Freire nos tempos da ditadura. A proposta do Mobral acatava a orientação metodológica do chamado método Paulo Freire esvaziando-a do seu conteúdo político de transformação social pela educação conscientizadora.

Com a redemocratização do país, em 1985, a nova elite de comando da nação levou algum tempo para repensar a Educação como base na cidadania plena e libertária. Sem plano de educação para o imediato, a postura governamental foi iniciar “cursos de reciclagem” para o pessoal das escolas focando sua intencionalidade nos aspectos de participação de todos nas ações educativas e compromisso com a retomada da participação democrática sufocada pelo período anterior. Houve, também, a iniciativa de Associação de Docentes com a realização das Conferências de Educação com publicação de excelentes textos na Revista da Associação Nacional de Educação (ANDE) sobre a realidade educacional do Brasil. Nesse período, o ensino primário de longa história foi extinto junto com o ginásio para o surgimento da Escola Estadual de 1.o e 2.o Graus. Como sempre, os dirigentes da Nação evitaram a implantação da *Escola Integral* em todo o país como, aliás, pensava *Leonel Brizola* no Rio de Janeiro com a criação do CIEP (Centros Integrados de Educação Pública). As reformas de Educação sempre foram feitas pela metade, um grupo minoritário de escolas com projetos pedagógicos inovadores e a maioria na rota da educação tradicional. Nunca o país assumiu o caráter “revolucionário” da Educação Pública Escolar.

Cumprir lembrar, também, que o período de redemocratização, implantou vários instrumentos de avaliação de alunos, de docentes e de cursos, tanto em nível federal como estadual e internacional reforçando a ideia de que a ação educativa realizada deveria ser necessariamente avaliada e os resultados obtidos serem absorvidos no sentido de melhoria do funcionamento da escola. Diferentemente dos vestibulares ao ensino superior, uma forma de seleção de alunos, os instrumentos de avaliação escolar e de cursos tinham como objetivo verificar o grau de eficiência e eficácia da estrutura escolar em funcionamento.

Como se nota nos informes acima, não faltaram iniciativas importantes na Educação Nacional. O ponto alto, em termos de Administração Educacional, ficou por conta da iniciativa dos Planos Nacionais de Educação, tentativa de equacionamento racional dos problemas educativos para o prazo de dez anos, instrumento de *planejamento prévio* para a ação educativa no país. No plano institucional do MEC, o Conselho Federal de Educação deu lugar ao Conselho Nacional de Educação com representantes da Educação e da Sociedade Civil. Um assunto pedagógico da maior importância tem sido os estudos sobre currículo com a adoção de uma base nacional comum de formação escolar para todo o país. Antes do atual momento político do país houve no plano da educação superior a política de diminuir o caráter altamente seletivo do ensino superior através de medidas como ampliação do número de universidades federais, adoção de cotas para atender populações marginalizadas, bem como a participação da atividade privada no atendimento à população à margem do ensino superior.

Diante do retrospecto histórico da Educação Nacional seria justo dizer que ela é simplesmente “terra de ninguém?”. Nos últimos tempos, após a redemocratização, por falta de coragem, os governos do país não levaram a sério o ideal republicano de instrução e educação

laicas. A liderança política permitiu que ao lado do brasão das armas nacionais fosse colocado símbolo de crença religiosa nas repartições públicas, com aval da Justiça, numa convivência híbrida que enfraquece o poder de decisão do político republicano. A Lei Nº 9.475, de 22 de julho de 1997, que dá nova redação ao art. 33 da Lei Nº 9394, de 20 de dezembro de 1966, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, reforça o ensino religioso, “vedadas quaisquer formas de proselitismo”. A República não se coloca contra as religiões, mas abre caminho para o ensino religioso nas escolas e a influência de líderes religiosos de todos os credos, na estrutura do ensino público, com intenções as mais diversas. O que se vê atualmente é gente sem qualificação em educação dirigindo um Ministério que exige gente com qualificação em Ciência e Política de Educação para um país populoso com necessidades importantes de instrução, alfabetização e educação integral.

Um ícone da Educação no Brasil, Anísio Spínola Teixeira, seguidor do filósofo norte-americano J. Dewey, sempre ressaltou o ponto de que os dirigentes da Educação teriam que ter exercido a função de EDUCADOR em escolas públicas, antes de se candidatarem aos cargos de dirigentes da educação. O Administrador escolar, antes de exercer a função administrativa nas escolas, deveria ter experiência efetiva nas atividades de ensino escolar. O que se nota hoje em dia é a indicação de Ministros sem qualquer noção da importância da Educação Escolar Pública como elemento de formação da cidadania perdida pelos desmandos de dirigentes descompromissados com a Educação Pública e muito firmes na fé religiosa que a tudo sobrepuja. Não é de se estranhar que minimizem a ética profissional republicana de bom uso do dinheiro público, enveredem pela corrupção oferecendo vantagens a prefeitos, acreditem em preços superfaturados de veículos de transporte de alunos e tentem influenciar a população com a oferta de novas escolas sem antes ter concluídas as em construção! O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que administra R\$ 50 bilhões ao ano, e desempenha inúmeras funções de suporte da educação nacional, fica na dependência de acordos entre a direção do fundo e o empenho de governadores e prefeitos que relatam propostas de religiosos na liberação de recursos, à vista de contrapartidas. Assim, fica a Educação Nacional abandonada à má sorte na execução da nobre missão pública da educação escolar! Longe, portanto, de um projeto de educação de qualidade social, científica e moral para a quantidade de alunos. O Brasil grande possui mais de 30 milhões de alunos matriculados nas escolas do país. Isto representa uma população maior do que as Repúblicas vizinhas, irmãs da nossa nação, tomadas de *per si*. Isso não é pouco!

REFERÊNCIAS

- FERREIRA DO VALE, JOSÉ MISAEL et al. **Escola Pública e Sociedade**. São Paulo/Bauru: Saraiva/Atual, 2002.
- FERREIRA DO VALE, JOSÉ MISAEL et al. **História da Educação**. São Paulo: Avercamp Editora, 2006.
- TEIXEIRA, ANÍSIO. **Educação no Brasil**. Editora Nacional, 1969.